

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/07/2015 a 31/07/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Sumário

<b>Estudo da FGV defende avanço do programa ABC.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 01/07/2015 .....	4
<b>MPF recomenda participação dos povos tradicionais na Lei da Biodiversidade –</b> Site do MST. 02/07/2015 .....	5
<b>AL faz oficina sobre políticas agroambientais.</b> Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/07/2015 .....	6
<b>Desafio de crescer com sustentabilidade.</b> Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/07/2015 .....	7
<b>Estados trocam experiências sobre o CAR.</b> Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/07/2015 .....	8
<b>Agroecologia melhora a vida de jovens do campo em PE.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/07/2015 .....	9
<b>Frente para Agroecologia e Produção Orgânica é instalada na Câmara.</b> Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/07/2015 .....	10
<b>Gestão ambiental municipal terá novo curso.</b> Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/07/2015 .....	11
<b>Brasil é referência em integração lavoura-pecuária-floresta para o mundo –</b> Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 17/07/2015 .....	12
<b>Governo Federal anuncia investimentos para o combate ao desmatamento na Amazônia –</b> Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/07/2015 .....	13
<b>Tradicional clube carnavalesco carioca abriga história da reforma agrária –</b> Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/07/2015 .....	13
<b>MDA faz parceria com organização internacional para promover produção sustentável –</b> Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2015 ...	15
<b>MDA faz parceria com organização internacional para promover produção sustentável –</b> Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2015 ...	16
<b>Pronera forma especialistas em Agroecologia no Rio de Janeiro –</b> Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/07/2015.....	17
<b>Terras que eram do narcotráfico agora produzem alimentos saudáveis em Goiás –</b> Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/07/2015 ..	17
<b>Veredas secas.</b> Editorial – Folha de São Paulo, Opinião. 23/07/2015 .....	19
<b>Jornada de agroecologia afirma urgência de um novo projeto de agricultura para o campo brasileiro.</b> Iris Pacheco – Site do MST. 27/07/2015 .....	20
<b>Agrotóxicos: quem deve decidir seu uso?</b> Leomar Daroncho – Site da Agência Carta Maior. 29/07/2015 .....	22
<b>Com novos hábitos, alimento orgânico ignora crise e segue em expansão.</b> Gilmara Santos – Folha de São Paulo, Mercado. 30/07/2015 .....	23

<b>Preço alto ainda limita consumo de orgânicos; diferença chega a 270%.</b> Gilmara Santos – Folha de São Paulo, Mercado. 30/07/2015 .....	25
<b>Os jovens rurais e o desenvolvimento sustentável no campo.</b> Wagner Gomes – Folha de São Paulo, Opinião. 30/07/2015 .....	25

## **Estudo da FGV defende avanço do programa ABC. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 01/07/2015**

Considerado uma das maiores bandeiras em políticas públicas para combater os efeitos das mudanças climáticas, o programa brasileiro de Agricultura de Baixo Carbono, o "ABC", pode ajudar o país a evitar a emissão de ao menos 1,8 bilhão de toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera até 2023. É um número significativo, sobretudo se comparado a um cenário em que nenhuma ação seja tomada para diminuir a pegada de carbono no campo. Nesse caso, a agricultura e a pecuária brasileiras seriam responsáveis pela emissão de 3,6 bilhões de toneladas de gases na atmosfera no intervalo.

A conclusão está em estudo inédito realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ao qual o Valor teve acesso, e chega num momento de importante sinalização política do governo Dilma. A presidente anunciou ontem, em Washington, a intenção de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030, antecipando compromissos costurados para a conferência global do clima, que ocorre em dezembro, em Paris.

O Plano ABC prevê a expansão agrícola no país através do financiamento de técnicas produtivas de baixa emissão de carbono, como o plantio direto ou o consórcio de lavoura, floresta e pecuária. É um modelo "ganha-ganha", no qual a produção cresce e "captura" gases prejudiciais. Lançado em 2013, porém, o programa encara desafios e seus resultados não são monitorados.

Intitulado "Invertendo o sinal de carbono da agropecuária brasileira", o estudo é mais uma tentativa de chamar a atenção para uma revisão urgente no programa. Coordenado pelo Centro de Agronegócio da FGV, o documento indica que o potencial de mitigação do CO<sub>2</sub> equivalente (medida que equipara os outros gases estufa ao CO<sub>2</sub>) da agropecuária brasileira através do ABC é mais do que dez vezes maior do que a meta estipulada pelo próprio programa.

E é uma estimativa conservadora, pois considera só três tecnologias, realça Eduardo Assad, ex-secretário de Mudanças Climáticas, pesquisador da Embrapa e coordenador do estudo. Segundo ele, dentre as técnicas previstas no ABC foram consideradas no estudo só a recuperação de pastagens, a integração lavoura-pecuária e a integração lavoura-pecuária-floresta.

Para chegar à conclusão que com o avanço do ABC o setor mitigaria 1,8 bilhão toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente entre 2012 e 2023, a FGV considerou as projeções do Ministério da Agricultura e da Fiesp para o crescimento da produção agrícola e do rebanho bovino do país de 2012 a 2023. Sete culturas (soja, milho, arroz, feijão, algodão, trigo, cana) foram analisadas, além dos bovinos. O escopo do estudo também foi limitado às pastagens degradadas, para onde a expansão agropecuária ocorreria. Há estimados 52,3 milhões de hectares no país nesse estado.

Os economistas da FGV concluíram que, caso nenhuma técnica seja adotada em larga escala, o milho, com a maior área plantada (primeira e segunda safras), seria a principal fonte de emissões de gases da agricultura, contribuindo com 9 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. Na sequência viriam cana e açúcar (8,6 milhões e 2,6 milhões de

toneladas). A soja não tem emissões de peso, por naturalmente utilizar a fixação biológica de nitrogênio.

É a pecuária, porém, a maior preocupação. Os bovinos seriam a principal fonte de emissões de gases-estufa, graças à fermentação entérica e ao manejo de dejetos de um rebanho nacional hoje acima de 200 milhões de cabeça. Sem tecnologia, o segmento responderia por 3,45 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente até 2023 - 94% do total.

Com a tecnologia de recuperação de pastagens aplicada em 75% da área de pastos degradados e com a implantação de integração lavoura-pecuária e integração lavoura-pecuária-floresta nos 25% restantes, seria possível evitar emissões de 670 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente e armazenar 1,1 bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub> no solo, diz Assad.

---

### **MPF recomenda participação dos povos tradicionais na Lei da Biodiversidade – Site do MST. 02/07/2015**

*A norma define regras para a utilização de recursos da biodiversidade por pesquisadores e pela indústria, além de regulamentar o direito dos povos tradicionais a benefícios financeiros decorrentes do uso desses recursos.*

Do EcoDebate

O Ministério Público Federal (MPF) quer garantir que os povos indígenas e tradicionais do país sejam consultados no processo de regulamentação da Lei da Biodiversidade (13.123/2015), que trata do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. A norma define regras para a utilização de recursos da biodiversidade por pesquisadores e pela indústria, além de regulamentar o direito dos povos tradicionais a benefícios financeiros decorrentes do uso desses recursos.

Segundo o MPF, a lei é um marco jurídico nacional e a consulta aos indígenas e povos tradicionais é indispensável. Para isso, o órgão enviou, na última quinta-feira, 25 de junho, uma recomendação ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e à Casa Civil da Presidência da República, solicitando que seja concretizada a consulta prévia e adequada a esses povos.

A iniciativa do MPF se baseou em inquérito civil instaurado para apurar possível descumprimento do direito dessas populações de serem ouvidos previamente e de forma que respeite as especificidades de cada cultura. A investigação constatou que, no dia 12 de junho deste ano, o MMA divulgou na internet que a regulamentação da Lei da Biodiversidade contaria com a participação popular e que, a partir de então, receberia sugestões sobre temas e aspectos a serem abordados na consulta pública.

Avisou, ainda, que as informações reunidas nessa segunda etapa serão utilizadas na regulamentação da norma, que ocorrerá “provavelmente” no mês de setembro. No entanto, o MPF observou que, até a data da recomendação, não houve a determinação de consulta específica aos povos indígenas e tradicionais.

Na recomendação, o MPF alerta que o Poder Público vem, reiteradamente, negligenciando o direito de os povos tradicionais “assumirem o protagonismo dos

assuntos que são de seu interesse e que lhes afetam diretamente.” Os procuradores da República que assinam o documento – Ivan Marx, Anselmo Lopes e Felipe Fritz - enfatizam que essas populações devem ser ouvidas em todos os processos legislativos e administrativos que digam respeito a seus interesses.

Além da Constituição, o MPF cita normas da legislação internacional já incorporadas na ordem jurídica nacional que preveem esse direito. “A participação ativa e decisiva dos povos indígenas e tradicionais na regulamentação do novo marco normativo que envolve regras sobre o gozo de seus direitos decorre não somente do fato de serem eles os titulares dos direitos a serem afetados pela norma legal, mas também do direito humano fundamental à consulta prévia e adequada que é garantido pela Convenção nº 169 da OIT”, destaca.

O MMA e a Casa Civil têm 10 dias para informar as providências tomadas para o cumprimento da recomendação.

---

### **AL faz oficina sobre políticas agroambientais. Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/07/2015**

*Brasil, Chile, Colômbia, México, Nicarágua, Costa Rica, Cuba, Panamá, Paraguai e Uruguai participam de reunião em Bogotá*

Será realizada em Bogotá, na Colômbia, nos dias 9 e 10 de julho, a Oficina Regional sobre Diretrizes Voluntárias de Políticas Agroambientais para a América Latina e Caribe. A iniciativa foi formulada com base nas consultas e debates realizados no projeto “Fortalecimento das Políticas Agroambientais em Países da América Latina e do Caribe através do Diálogo e do Intercâmbio de Experiências Nacionais”, iniciado em 2013 e implantado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A partir da assinatura do projeto, em 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), os países participantes (Brasil, Chile, Colômbia, México e Nicarágua, e numa segunda etapa incorporaram-se ao projeto, Costa Rica, Cuba, Panamá, Paraguai e Uruguai) fizeram diagnóstico de suas políticas agroambientais.

#### **AÇÕES CONCRETAS**

Participarão da oficina, representando o MMA, o coordenador do projeto, Leandro Palos, e diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA (DRS), Allan Milhomens. Segundo Palos, nos últimos anos a América Latina e o Caribe têm se destacado mundialmente pelas ações concretas a respeito da erradicação da fome e da promoção da segurança alimentar.

Ao mesmo tempo, os países da região têm implantado programas e projetos destinados a promoção de práticas de produção sustentável. “Considerando sua heterogeneidade, os países da região compartilham desafios ambientais comuns, entre os quais as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, e a gestão dos recursos hídricos e do solo”, destacou.

A proposta das diretrizes se apresenta como um marco instrumental que busca contribuir com o alcance das metas da Agenda Global Pós-2015, promovendo um enfoque mais holístico do desenvolvimento a nível nacional e internacional e uma maior compreensão das políticas agroambientais de cada região. A FAO pretende divulgar as diretrizes para as frentes parlamentares de segurança alimentar e nutricional do legislativo de cada país participante.

#### *SAIBA MAIS*

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o impacto que o crescimento da população mundial e o aumento do padrão de vida das sociedades têm exercido sobre os recursos naturais vem causando significativas mudanças no planeta, afetando o clima, a biodiversidade, a disponibilidade de recursos hídricos e a qualidade ambiental, aumentando o sofrimento das populações mais vulneráveis e colocando em risco a sobrevivência das populações futuras.

O agronegócio, apesar de sua importância econômica, ainda precisa ter suas atividades – potencialmente poluidoras – discutidas e avaliadas por uma lente crítica que resulte em ações e políticas influenciadas pela ótica da sustentabilidade. Até porque, historicamente, as políticas de desenvolvimento agropecuário e a política ambiental foram desenvolvidas no país em paralelo, sem a necessária integração, resultando, muitas vezes, em ações conflitantes.

---

#### **Desafio de crescer com sustentabilidade. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 03/07/2015**

“Acredito que precisamos superar o desenvolvimento econômico e evoluir para um desenvolvimento integral e sustentável, que contemple a economia, o meio ambiente, a ética e a democracia”. A afirmação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, foi feita no encerramento do Curso Jurídico de Direito Ambiental, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), de São Roque (MG). O ministro convidou os alunos a refletirem sobre a contribuição de cada um na construção de uma sociedade mais justa.

Durante a palestra, o ministro realçou a urgência da questão ambiental. “Não podemos ter uma visão defensiva quando se trata de sustentabilidade. Precisamos entender qual o nosso papel e colocá-lo em prática, para, democraticamente e em sintonia com a sociedade, preservar nossas florestas, cuidar dos nossos rios, e também proteger os mais fracos, aqueles que mais precisam da atenção pública”, disse.

Ananias, que também é professor universitário, aproveitou para fazer um resgate histórico e apontar como as relações de consumo interferiram no desenvolvimento sustentável. “Não precisamos optar entre o crescimento econômico e as políticas sociais. As duas coisas precisam andar juntas. Só assim teremos mais democracia e maior poder de consumo”. Para as gerações futuras, o desafio, segundo o ministro é saber conciliar o consumo às exigências ambientais. “A forma de consumo terá que ser modificada, porque o planeta está dando visíveis sinais de cansaço”, completou.



O ministro participou do evento a convite da Escola de Administração Fazendária (Esaf). Além do papel da sociedade na promoção de um país mais justo, o debate incluiu questões relacionadas à poluição de rios, reserva legal de propriedades rurais e construção em áreas de preservação permanente. A programação incluiu palestras de professores, juízes e engenheiros.

---

### **Estados trocam experiências sobre o CAR. Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/07/2015**

*Ferramenta eletrônica permitirá aos Estados fazer o cruzamento das informações declaradas com outros bancos de dados, gerando alertas sobre sobreposições de imóveis*

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) promove, até a próxima quinta-feira (09/07), no auditório do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Floresta (Cenaflor), em Brasília, o I Encontro de Integração com Estados sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Na agenda do evento, que conta com a participação de 50 técnicos, representantes de 23 Estados, além do Distrito Federal, está um balanço das ações do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a troca de experiências e a apresentação do Módulo de Análise.

O intuito do encontro é manter o nível crescente de cadastramentos estimulando a troca de experiências entre os Estados. De acordo com os números apresentados no evento, 227 milhões de hectares já foram cadastrados, o que corresponde a cerca de 57% da estimativa da área passível de cadastro.

#### *EXPERIÊNCIAS*

Segundo o diretor geral do SFB, Raimundo Deusdará, esse é um momento para os Estados perceberem como estão em relação aos outros e como podem adaptar as boas experiências para a sua realidade. “Esse encontro mostra que a mobilização em relação ao CAR continua crescendo e que os Estados estão envolvidos, comprometidos em consolidar o CAR e o Código Florestal”, destacou.

Deusdará enfatizou que o Módulo de Análise é uma ferramenta eletrônica que permitirá aos Estados fazer o cruzamento das informações declaradas com outros bancos de dados, gerando alertas sobre sobreposições de imóveis e outras inconsistências que por ventura ocorrerem nos cadastros.

O diretor de Licenciamento do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul), órgão responsável pela administração do CAR no Estado, Ricardo Éboli concorda. “Temos que nos unir, de forma harmônica, para, através do CAR, termos uma efetiva implantação do Código Florestal”, disse.

#### *O QUE É*

O CAR é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP), das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Foi criado em criado em 2012 pela Lei 12.651.

---



## **Agroecologia melhora a vida de jovens do campo em PE. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/07/2015**

No interior de Pernambuco, a formação em agroecologia amplia o horizonte dos jovens e fortalece a ligação com o campo e a produção sustentável. Em Glória do Goitá, jovens agricultores apreendem técnicas e tecnologias sociais em um dos núcleos de ensino do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta).

“Aqui temos um aprendizado diferente, uma educação popular que valoriza a realidade da agricultura, o contato com a natureza. Apreendemos e aplicamos na prática tecnologias viáveis”, conta Ozéias José Barbosa, um dos estudantes da instituição. “Quando plantamos uma produção orgânica, a gente se preocupa mais com a saúde e com a qualidade dos alimentos que estamos produzindo do que com o lucro”, explica, ao defender a produção de alimentos saudáveis.

Com uma metodologia de alternância, onde os educandos passam uma semana no Serto e três em casa, aplicando os conhecimentos acumulados no curso e pesquisando a história e as necessidades de sua comunidade, a formação em agroecologia privilegia a troca de saberes e experiências.

Com dois campi, em Ibimirim e Glória do Goitá, ambos em Pernambuco, o Serto já formou mais de três mil jovens no curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local. A formação é reconhecida como curso profissionalizante de nível médio pelo Ministério da Educação.

Para Roberto Mendes, um dos educadores do Serto, a capacitação permite aos jovens pensar formas de melhorar o mundo. “Pensar a agricultura como um todo, com todos os parceiros, levando em conta os saberes que podemos extrair da natureza, impulsiona os jovens e ver a riqueza da agroecologia, da permacultura. Isso amplia os horizontes e, com certeza, melhora a vida deles e das comunidades”.

### *Tecnologias sociais*

Em um rico espaço de demonstração de tecnologia, conhecido como Unidade Pedagógica Produtiva de Orgânicos, os educandos têm a oportunidade de conhecer na prática diversas técnicas para a implementação de tecnologias de baixo custo que melhoram a vida nas propriedades rurais.

A unidade é dotada, por exemplo, de biodigestores que utilizam o estrume dos animais para gerar gás metano, que substitui o gás GLP no fogão. Também possui aquecedores solares de baixo custo feitos com canos de PVC e garrafas de refrigerante.

“As inspirações não estão só em copiar tecnologias, mas como se inspirar no que a natureza faz para poder produzir, criando espaços humanos de forma sustentável”, afirma Ozéias, ao lembrar que tecnologias ensinadas na instituição são fruto da troca de saberes e da construção coletiva. “Podemos ter aprimorado uma ou outra coisa, mas tudo aqui é fruto da troca de saberes, de uma construção coletiva de alternativas para o produtor rural.”

### *Organizar a produção*

Outra prática que os educandos apreendem e podem levar para suas comunidades é a de organizar as propriedades rurais em zonas de produção - a mais próxima da casa como responsável pela produção de alimentos consumidos na residência, e as mais distantes destinadas ao uso de culturas perenes e à criação de animais.

De acordo com Mendes, esse tipo de abordagem reduz as distâncias e o esforço para a produção dos alimentos. “Se tu faz uma horta há 100 metros de casa e tu vai nela três vezes ao dia, só ai são 600 metros para ir e vir. Em um ano, o agricultor vai andar mais de 150 quilômetros só para cuidar de uma horta, por isso, é importante pensar a organização e distribuição da casa, da horta e das produções”, diz.

Para conhecer mais sobre o trabalho do Sertão, a oferta de cursos e vagas acesse o site da instituição.

---

### **Frente para Agroecologia e Produção Orgânica é instalada na Câmara. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/07/2015**

Com mais de 200 integrantes, foi lançada nesta terça-feira (14) a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica na Câmara dos Deputados, em Brasília.

A iniciativa pretende desenvolver e integrar ações para a promoção e o fortalecimento da agroecologia e a busca da soberania e segurança alimentar e nutricional.

No ato de instalação, o presidente da frente, deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), disse que será um espaço para “discutir as políticas públicas e incentivar a agricultura familiar por meio da agroecologia”. “Para isso, é muito importante a participação de todos os setores do governo, da comunidade”, afirmou.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário esteve representado pelo secretário da Agricultura Familiar, Onaur Ruano. Ele ressaltou a importância da criação da Frente: “Estamos trazendo de volta a consolidação do que para todos nós é muito importante, termos uma institucionalidade que possa ser de fato a base que ancora nossas ações e as demandas dos movimentos sociais. É algo que nos permite que, de forma articulada, continuemos a avançar na produção agroecológica e orgânica de alimentos”, destacou.

#### *Prioridades*

Durante o I Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foram definidas sete metas que são consideradas prioritárias pela Frente Parlamentar, entre elas, reafirmar a importância do cumprimento da função social da terra e dos recursos hídricos; defender a liberdade de produzir alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos; e reproduzir, conservar e estimular todas as formas de diversidades de sementes e mudas.

#### *Ações do MDA*

O ministério já desenvolve políticas de incentivo a essas formas de produção como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) - instituída em 2012 e o Plano Nacional da Agroecologia (Planapo), que tem o objetivo de articular e

implementar programas e ações de incentivo a produção agroecológica, a produção orgânica e de base agroecológica.

Há também a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), órgão de composição paritária entre governo e sociedade civil organizada, voltado ao diálogo, participação e controle social do Planapo; a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), no âmbito governamental, com a responsabilidade de elaborar e executar o Planapo, articulando os diferentes órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

---

### **Gestão ambiental municipal terá novo curso. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 16/07/2015**

*Objetivo principal é apresentar as linhas gerais para o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente e sua relação com os demais instrumentos responsáveis pelas ações do setor*

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Departamento de Educação Ambiental (DEA), em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), promoverá novos cursos de Estruturação da Gestão Ambiental Municipal. Em razão da boa receptividade do primeiro curso online, a meta é lançar novos cursos, só que desta vez na modalidade semipresencial.

O curso Estruturação da Gestão Ambiental Municipal foi realizado na modalidade à distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem da ANA, de 7 de junho a 5 de julho. Foram matriculadas mil pessoas e o índice de aprovação dos que concluíram o curso foi em torno de 60%, índice acima do que se verifica em cursos sem tutoria. A carga horária foi de 60 horas/aula e o curso foi direcionado aos gestores e servidores municipais dos órgãos da área ambiental e ao público em geral.

#### **LINHAS GERAIS**

A capacitação faz parte das ações do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC) e teve como objetivo principal apresentar as linhas gerais para o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e sua relação com os demais instrumentos e responsáveis pela gestão ambiental municipal.

A meta, agora, é ampliar o alcance das ações do programa de capacitação, por meio de novos cursos. A novidade é que os cursos acontecerão na modalidade semipresencial, com tutoria, por meio da plataforma Moodle do MMA e coordenados pelo DEA em parceria com os Estados.

#### **BOA AVALIAÇÃO**

O material didático usado no curso obteve ótima aceitação entre os alunos. É o que revelou a pesquisa de avaliação, na qual itens como coerência do conteúdo, linguagem e apresentação visual obtiveram uma média de satisfação de 94%, 91% e 83%, respectivamente. Os materiais didáticos, que foram baseados nos Cadernos de Formação do PNC e recentemente revisados. Foram oferecidos em formato digital, com linguagem acessível e recursos instrucionais interativos.

A realização deste curso é resultado de uma parceria iniciada em 2013 entre o MMA e a ANA para a implantação de processos formativos. Nesse sentido, já foram lançados cursos com temáticas voltadas para a questão hídrica e direcionadas aos gestores e técnicos ambientais municipais, como o Gestão de Recursos Hídricos nos Municípios-PNC Água e o PNC Comitê de Bacias Hidrográficas.

O Programa Nacional de Capacitação foi instituído em 2005 com o objetivo de capacitar gestores e técnicos ambientais, com o foco de ampliar a cooperação e fortalecimento do SISNAMA. Desde então, realizou cursos nas modalidades presencial e semipresencial, capacitando mais de 12 mil alunos em mais de dois mil municípios.

---

### **Brasil é referência em integração lavoura-pecuária-floresta para o mundo – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 17/07/2015**

Brasília (17 de julho de 2015) - Os experimentos desenvolvidos e os resultados que o Brasil vem obtendo na implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) foram um dos destaques do “Congresso Mundial sobre Sistemas de Integração lavoura-pecuária-floresta”, que terminou nesta sexta-feira (17/7), em Brasília. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que contou com um estande sobre o Projeto ABC Cerrado no evento, foi representado por um grupo de técnicos de várias regionais nas atividades, que começaram no dia 13 de julho.

O congresso promovido pela Embrapa reuniu pesquisadores internacionais, universidades e produtores rurais - representantes de 30 países – para debater e trocar experiências sobre o tema. Na opinião do coordenador técnico do Projeto ABC Cerrado, Igor Orígenes Moreira Borges, a participação no evento vai proporcionar uma carga de conhecimento muito grande para os técnicos do SENAR, principalmente no que diz respeito ao que vem sendo realizado de novo pelas instituições de pesquisa, tanto no Brasil quanto em nível internacional.

“Os temas debatidos vem ao encontro do Projeto ABC Cerrado, que é difundir as tecnologias pesquisadas dentro de uma lógica de produção sustentável. Podemos perceber que estamos bem alinhados, mas essa interação com os profissionais que trabalham na área vai trazer novas informações e permitir ajustes nas nossas iniciativas”, ressalta Borges.

Para o participante Dacio Carvalho, que é coordenador de Assistência Técnica do SENAR no Pará e multiplicador do Projeto Capacita ABC, o congresso mostrou que o Brasil está preparado e avançando mais rápido na tecnologia do que a maioria dos países. Ele destaca que o evento, no momento em que fomenta a ILPF, colabora paralelamente para a divulgação do Plano ABC e do Projeto ABC Cerrado.

“Podemos assistir experiências da China, Noruega, Reino Unido e Oceania e estamos na frente de todos nas linhas que o Plano ABC propõe. O pessoal que veio aqui levará a mensagem que o Brasil consegue produzir gado sem agredir o meio ambiente”, declara.

O diretor executivo da Rede de Fomento ILPF, William Marchiό, acredita que o evento foi um marco referencial da importância do Brasil em trabalhos de agropecuária intensiva sustentável. Segundo ele, o volume de pesquisas apresentadas consolidam

conceitos e comprovam a viabilidade técnica, econômica e ambiental da ILPF, sinalizando que o País pode avançar sem medo no uso da tecnologia.

“Os representantes internacionais ficaram encantados. Não sabiam da dimensão que isso tinha no Brasil. A nossa intenção é interagir com todos os atores envolvidos, como SENAR, Embrapa e Ministério da Agricultura. Queremos todos surfando na mesma onda. O objetivo da Rede é fortalecer a difusão e a adoção da ILPF por parte dos produtores brasileiros”.

Roberto Giolo, pesquisador de Sistemas Integrados de Produção da Embrapa Gado de Corte e líder da Rede Pecus (que avalia a emissão de gases de efeito estufa na agropecuária) no bioma Cerrado, aponta a possibilidade de mostrar os trabalhos realizados pelos especialistas brasileiros e a interação com a comunidade científica internacional como os principais pontos positivos. Giolo salienta que a ILPF, além de reduzir a emissão de carbono, proporciona eficiência no uso da terra, e reforça a declaração feita durante uma das palestras do evento: trata-se da segunda revolução verde, depois do Plantio Direto.

“Mas não é uma tecnologia indicada para qualquer produtor. É um sistema complexo e que precisa de acompanhamento. Nesse contexto, o Projeto ABC Cerrado vem num momento muito oportuno, pois a assistência técnica é o diferencial. A Embrapa desenvolve pesquisas, mas precisamos fazer essa transferência para os produtores rurais”, observa.

---

### **Governo Federal anuncia investimentos para o combate ao desmatamento na Amazônia – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/07/2015**

O Governo Federal anuncia, nesta segunda-feira (20/07), investimentos para o Projeto Amazônia SAR, que fará uso de radar orbital para o combate ao desmatamento ilegal e outros crimes ocorridos contra a Amazônia.

A assinatura do acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será às 12h no edifício sede do Ministério da Defesa, em Brasília (DF).

Participam da cerimônia o ministro interino do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, o ministro da Defesa, Jaques Wagner, o diretor do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Rogério Guedes, e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

---

### **Tradicional clube carnavalesco carioca abriga história da reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/07/2015**

Não é possível contar a história do Incra no Rio de Janeiro sem falar do suntuoso prédio instalado na rua Santo Amaro, 28, no tradicional bairro carioca da Glória. Símbolo da cultura e da vida urbana do Rio de Janeiro por décadas, o edifício foi construído em 1870 como residência do fazendeiro Manuel Gomes de Carvalho, o barão do Rio Negro, e permaneceu com sua família até 1900.

Foi nesse ano que o empresário italiano Pascoal Segreto comprou o imóvel dos herdeiros do Barão pela quantia, à época fabulosa, de 100 contos de réis.

A família Segreto, teve atuação destacada no cenário carioca e brasileiro na virada do século XIX para o XX. Além de introduzirem o cinema no país, se tornaram proprietários de grande fatia do mercado de diversões públicas no Rio de Janeiro.

Nascido em 22 de março de 1868, em San Martin di Cileno, Itália, Pascoal Segreto decidiu embarcar para o Brasil em 1883. Após um início difícil em solo carioca, voltou suas atividades para o ramo dos divertimentos públicos, tendo sido dono de vários teatros e casas de espetáculo. O que facilitou a vida de Segreto foi o contato com pessoas influentes do cenário carioca. Uma das personalidades que mais veio a influenciar sua vida foi José Roberto da Cunha Salles.

Em sociedade, Cunha Salles e Pascoal Segreto montaram a primeira sala de exibição cinematográfica permanente do país, localizada em uma das principais ruas do Centro do Rio de Janeiro. O cinema foi inaugurado no sábado, 31 de julho de 1897, com o nome de Salão das Novidades. Posteriormente, mudou para Salão de Novidades Paris no Rio, passando a ser um ponto de encontro da população carioca.

Dono de diversos teatros e cafés culturais, Segreto transformou o prédio da rua Santo Amaro em um grande teatro. Na sua inauguração, foi encenada a ópera Fausto, de Charles Gounod. Depois, o local passou a ser utilizado com café-concerto e clube elegante, frequentado pela elite da sociedade carioca.

Em 1908, o empresário italiano mais uma vez inovou e promoveu um grande baile de carnaval. Com o sucesso retumbante do evento, o prédio foi batizado com o nome de High Life, tornando-se o mais famoso, frequentado e tradicional clube carnavalesco do Rio de Janeiro até os anos 40 do século passado.

Após entrar em decadência nos anos 50, o prédio foi alugado ao Serviço Social Rural (SSR) em 1957. Em 1962, esse órgão transformou-se na Superintendência da Reforma Agrária (Supra). Por sua vez, a Superintendência foi desmembrada, em 1964, em dois institutos: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (Ibra). Ambos deram origem ao atual Incra a partir de 1970, que acabou comprando o prédio.

Desde então, o prédio funcionou como sede nacional do Incra até a sua transferência para Brasília em 1976. A partir desse ano, passou a sediar as instalações da Superintendência do Leste Meridional da autarquia.

Em fevereiro de 1985, em função de abalos em sua estrutura, o imóvel foi desativado e o Incra mudou-se para um conjunto de dez andares no Largo de São Francisco, 34, no centro do Rio de Janeiro.

Em 1987, a despeito de muitos desejarem a sua demolição, o Incra solicitou à Prefeitura o tombamento do imóvel, com ênfase na preservação das formas arquitetônicas externas do prédio. O pedido recebeu o apoio de instituições como o Clube de Engenharia, o Instituto dos Arquitetos do Brasil e a Associação dos Moradores e Amigos da Glória e, ainda em 1987, o imóvel foi tombado como Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro.

Após um longo processo de restauração, começado em 1986, por iniciativa da então Superintendência do Leste Meridional, o Incra voltou a funcionar, em 1999, no belo



prédio da rua Santo Amaro, sediando a Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro (SR-07).

A partir de 2005, o prédio passou a abrigar também a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Rio de Janeiro.

A necessidade de novas obras e melhorias no edifício, no entanto, levou a Superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro a publicar, em 2013, um edital de concorrência pública para a reforma e restauração do imóvel, que possui três andares, ocupando uma área de 3.308 m<sup>2</sup>.

O Edital prevê a elaboração de projeto arquitetônico, elétrico e hidrossanitário, além de construção de sistema de proteção contra incêndios e descargas elétricas. A obra está estimada em R\$ 5.174.139,12.

A ideia é que o prédio que está sendo reformado tenha uma nova destinação, ao ser transformado em um centro cultural e de memória da reforma agrária.

Em visita às diferentes regionais do Incra, a presidente Lúcia Fálcon se deparou com um rico acervo cartográfico e jurídico, além de fotografias e documentos históricos. "Seria um desperdício não colocar esse conjunto de informações à disposição da sociedade como fonte de pesquisa e conhecimento", explicou a presidente.

Além do acervo histórico, a proposta é que o centro cultural reúna produtos da reforma agrária e seja um espaço interativo de troca e aprendizado, à exemplo de outros museus existentes no Brasil, como o da Língua Portuguesa e o da Gente Sergipana. "O prédio histórico do Incra tem todo um perfil para isso, pela sua beleza arquitetônica e por estar em local de grande circulação do público", justificou a escolha.

Já a Superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro terá nova sede definitiva. A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) cedeu para a autarquia espaço em um prédio de propriedade da União, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 522, no Centro da capital fluminense.

O Incra ocupará cinco andares, cada um com aproximadamente 300 metros quadrados de área útil, onde funcionarão todas as divisões da autarquia, o atendimento ao público e a representação regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

---

### **MDA faz parceria com organização internacional para promover produção sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2015**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o movimento internacional Slow Food assinam nesta quinta-feira (23/7) um acordo de cooperação técnica para promover e apoiar a produção e o consumo de alimentos da agricultura familiar e de assentamentos rurais no país.

A parceria será formalizada pelo ministro do MDA, Patrus Ananias, e o presidente da organização não governamental, Carlo Petrini. Na oportunidade, também será anunciado apoio do ministério e do Slow Food a um projeto com a Universidade



Federal de Santa Catarina (UFSC) para aprimorar a produção e ampliar a participação da agricultura familiar no movimento.

Com o slogan Alimento bom, limpo e justo para todos, o Slow Food tem como princípio básico defender o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade, com respeito ao meio ambiente e aos produtores. No Brasil, há 46 itens no catálogo de promoção da organização e quase todos oriundos da agricultura familiar.

A organização criada por Petrini, em 1986, conta com mais de 100 mil membros, apoiadores em 150 países e escritórios na Itália, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido.

Petrini critica o atual sistema agrícola que, segundo ele, privilegia a produção extensiva e a monocultura, além de mercantilizar a terra e desvalorizar o trabalho do agricultor. Ele se opõe à tendência de padronização do alimento no planeta e defende a necessidade preservar culturas e tradições alimentares locais e a biodiversidade.

Para a organização, a conscientização sobre as escolhas alimentares contribui para preservar o planeta. O movimento mantém, por exemplo, hortas na África, Oficinas do Gosto e uma Universidade de Ciências Gastronômicas, legalmente reconhecida pelo governo italiano.

---

### **MDA faz parceria com organização internacional para promover produção sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2015**

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o movimento internacional Slow Food assinam nesta quinta-feira (23/7) um acordo de cooperação técnica para promover e apoiar a produção e o consumo de alimentos da agricultura familiar e de assentamentos rurais no país.

A parceria será formalizada pelo ministro do MDA, Patrus Ananias, e o presidente da organização não governamental, Carlo Petrini. Na oportunidade, também será anunciado apoio do ministério e do Slow Food a um projeto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para aprimorar a produção e ampliar a participação da agricultura familiar no movimento.

Com o slogan Alimento bom, limpo e justo para todos, o Slow Food tem como princípio básico defender o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade, com respeito ao meio ambiente e aos produtores. No Brasil, há 46 itens no catálogo de promoção da organização e quase todos oriundos da agricultura familiar.

A organização criada por Petrini, em 1986, conta com mais de 100 mil membros, apoiadores em 150 países e escritórios na Itália, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido.

Petrini critica o atual sistema agrícola que, segundo ele, privilegia a produção extensiva e a monocultura, além de mercantilizar a terra e desvalorizar o trabalho do agricultor. Ele se opõe à tendência de padronização do alimento no planeta e defende a necessidade preservar culturas e tradições alimentares locais e a biodiversidade.

Para a organização, a conscientização sobre as escolhas alimentares contribui para preservar o planeta. O movimento mantém, por exemplo, hortas na África, Oficinas do Gosto e uma Universidade de Ciências Gastronômicas, legalmente reconhecida pelo governo italiano.

---

### **Pronera forma especialistas em Agroecologia no Rio de Janeiro – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/07/2015**

Em solenidade de formatura da turma do curso de especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em Assentamentos, 20 alunos provenientes dos assentamentos Terra Prometida e Campo Alegre, ambos localizados em Nova Iguaçu, Prefeito Celso Daniel, em Macaé, e Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, colaram grau no início deste mês.

A especialização foi oferecida pela parceria entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Incra, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

O curso, realizado na modalidade Residência Agrária, teve início em setembro de 2013 com duração de um ano e dez meses. Nesse período, os estudantes realizaram diferentes projetos de intervenção nos assentamentos com o objetivo de incentivar a adoção de práticas agroecológicas e sustentáveis; fomentar a organização dos assentados para acessarem os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); formar educadores dentro de novas metodologias para a educação do campo; e utilizar metodologias participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

---

### **Terras que eram do narcotráfico agora produzem alimentos saudáveis em Goiás – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/07/2015**

Conhecido pelas terras férteis e valorizadas no mercado do agronegócio, Goiás merece destaque, também, por ter mais de 3,5 mil hectares de terras com histórico de ligação ao narcotráfico transformadas em campos da reforma agrária.

No total, foram criados em áreas vinculadas anteriormente à atividade ilícita sete assentamentos nos quais vivem 134 famílias. São eles: Geraldo Machado e José Carlos da Silva, em Paraúna (GO) – construídos em fazendas do traficante Luís Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar; 1º de Maio, Sete de Setembro e Ícaro, localizados em Lagoa Santa (GO), e Nova Conquista, em Itajá (GO) - antes imóveis rurais do traficante internacional Luciano Tio Patinhas; e Palmares, no município de Varjão, na fazenda Quinta da Bicuda, cujo dono era o traficante Antônio Damásio (veja quadro abaixo).

#### *Dedicação*

Nas terras que eram de Fernandinho Beira-Mar, agora existem agricultura saudável e reflorestamento. Cleide Maria Daniel dos Santos Sousa mora há nove anos no assentamento Geraldo Machado, criado pelo Incra em 2011 na Fazenda Fatura II e III, e é um exemplo de dedicação ao campo.

Ela produz hortaliças variadas, mandioca, abóbora, frutas, fabrica doces, queijo, cria gado de leite, pequenos animais e consegue, mensalmente, até R\$ 2 mil comercializando seus produtos na praça central de Acreúna (GO) e fazendo entregas em domicílio na cidade. “Minha família tem fartura e vive feliz nesta terra. Amo plantar, colher e alimentar o próximo com o esforço do nosso trabalho. Tenho gratidão à reforma agrária”, frisa a agricultora.

Cleide é também professora pós-graduada em Psicopedagogia e conduz no assentamento, com a participação de estudantes municipais, o projeto de recuperação da mata ciliar do ribeirão Fernandes. “Fazemos o plantio de mudas do Cerrado que recebemos da prefeitura e de apoiadores ambientalistas. Ainda temos o trabalho de distribuir nas árvores cabaças recortadas em formato de ninho para incentivar o retorno dos pássaros aos nossos quintais”, descreve a agricultora. O reflorestamento do ribeirão será concluído até o final de 2015.

### *Fartura e moradia*

Em Paraúna, a 70 quilômetros de onde mora Cleide, está o assentamento José Carlos da Silva, criado pelo Incra em 2010 em outra fazenda que pertenceu a Fernandinho Beira-Mar, o imóvel rural Descanso Ponte de Pedra.

Depois de cinco anos na terra, as dez famílias assentadas produzem hortaliças, criam vacas leiteiras, pequenos animais, possuem tanque de resfriamento de leite e acabam de receber casas de 67 metros quadrados construídas com recurso do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural.

Adilson Pereira Cardoso, presidente da associação do assentamento, conta que chega a ganhar, mensalmente, R\$ 3 mil. “Nada do que produzimos sobra ou perde. Recebo encomendas pelo telefone e muitos clientes da cidade vêm ao assentamento comprar nossos produtos. Tenho cada vez mais pedidos”, comemora.

### *Ineditismo*

A transferência das áreas de Fernandinho Beira-Mar ao Incra só foi possível porque houve a assinatura de um Termo de Compromisso inédito entre o Instituto e a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (Senad) – que detinha a posse dos imóveis desde que a Justiça constatou serem áreas adquiridas com dinheiro do tráfico. Pela legislação, bens e imóveis do narcotráfico deveriam ser leiloados e os recursos depositados no Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Como o Incra não poderia comprar as fazendas que já eram da União, a Procuradoria Jurídica da autarquia encontrou uma solução mais prática e acordou com a Senad, por meio de alteração orçamentária, destacar à Secretaria R\$ 3,4 milhões referentes à avaliação dos imóveis. Os recursos foram revertidos para programas de combate ao tráfico de entorpecentes, conforme preconiza a Lei sobre o Fundo.

O procurador regional do Incra naquela época, Noemir Brito, lembra como ocorreu a solução jurídica inovadora. “Foi uma negociação pioneira que abriu caminho para um convênio permitindo a destinação de outras áreas na mesma situação para fins de reforma agrária”, lembra. O processo de desapropriação das duas fazendas levou mais

de quatro anos para ser concluído, justamente por ser o primeiro acordo do tipo, firmado entre os dois órgãos.

#### *Alimentos para o PAA*

Entre os municípios de Varjão e Guapó, a 60 quilômetros de Goiânia, está o assentamento Palmares, criado pelo Incra em 2006 no imóvel rural Quinta da Bicuda, ex-propriedade do traficante Antônio Damásio. Com 1.011 hectares e 60 famílias, o assentamento tem se destacado na produção de hortaliças.

Valmir dos Santos Coelho, 34 anos, é um dos produtores. Com assistência técnica da Zootec – empresa contratada pelo Incra por meio de chamada pública – e na companhia do pai, da esposa e da madrasta, ele cultiva um hectare de alface, couve, acelga, cheiro verde e mostarda.

A safra é vendida ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, o que rende à família até R\$ 3,5 mil anualmente. Valmir também vende a produção na cidade - em domicílio e em feiras - e obtém com renda líquida média de R\$ 1,5 mil.

A nova aposta da família será a produção de rapadura, iniciada neste mês para aproveitar a cana cultivada na propriedade. “Eu vim para cá para criar meus filhos e não me arrependo. Trabalhamos muito e a recompensa é ver a terra cheia do que plantamos. É uma alegria!”, afirma.

---

#### **Veredas secas. Editorial – Folha de São Paulo, Opinião. 23/07/2015**

Quase toda a discussão ambiental no país se deu, até aqui, em torno da exuberância perdida da mata atlântica e da destruição em curso na opulenta Amazônia. Em segundo plano ficou o cerrado, uma injustiça com o ecossistema apontado como "caixa-d'água do Brasil".

A expressão partiu da ecóloga Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília, em entrevista ao jornal "Valor Econômico". Ela estuda a savana brasileira há 23 anos e alerta que não se dá a devida proteção a esse bioma decisivo para a economia nacional.

Tomem-se os exemplos interligados da segurança hídrica e da geração hidrelétrica. Significativos dois terços das 12 principais bacias fluviais do país são alimentados nessa formação florestal, que abarca 25% do território brasileiro e é a única a manter interfaces com todos os outros biomas nacionais.

A imagem da caixa-d'água conflita com a noção tão difundida quanto equivocada do cerrado como um ambiente seco. A precipitação anual é da ordem de 1.500 mm.

Ainda que castigadas por uma estação de estiagem pronunciada, as árvores da savana brasileira têm raízes profundas fincadas no solo predominantemente argiloso, com alta capacidade para reter água.

Essa combinação especial de matas e campos adaptados com terrenos argilosos mantém a liberação contínua de água nas veredas, ao longo da época seca. Regularizam-se assim os rios, cujas nascentes raramente secam –como aconteceu pela primeira vez com a do São Francisco em 2014.

A continuar no ritmo atual a derrubada do cerrado, para abrir novas áreas à agricultura e à pecuária, a caixa-d'água pode esvaziar-se mais do que seria prudente.

Não se deve esquecer que quase metade da geração de hidreletricidade do país se encontra no Sudeste e no Centro-Oeste, que coincidem em grande parte com a área de abrangência do cerrado.

Poucos sabem, mas se estima que pelo menos 50% de nossa savana já foi destruída, contra menos de 20% da Amazônia. A diferença é que esta conta com um sistema avançado de monitoramento da devastação, o que não ocorre com o cerrado, onde se concentram algumas das frentes agropecuárias mais ativas, como no chamado Mapitoba (áreas de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia).

A atividade agrícola será a primeira prejudicada se e quando escassearem tais recursos hídricos. Mais uma razão para o pujante agronegócio brasileiro se engajar como parceiro do poder público na preservação dessa paisagem eternizada por João Guimarães Rosa.

---

### **Jornada de agroecologia afirma urgência de um novo projeto de agricultura para o campo brasileiro. Iris Pacheco – Site do MST. 27/07/2015**

*“Temos que manter a conscientização, a rebeldia, a desobediência e a conspiração para enfrentar o agronegócio”, declamou José Maria Tardim.*

“Você sabia que gente também é semente? E gente sendo semente precisa ser cultivada”. Foi com o tom de cultivar os valores do cuidado, da singeleza e da rebeldia que a 14ª Jornada de Agroecologia no Paraná concluiu, neste sábado (25), um ciclo para iniciar outros tantos no coração de homens, mulheres e crianças ali presentes.

A jornada, que começou na quarta-feira (22), teve quatro dias de intensos debates, socializações de conhecimentos e cultivo dos saberes. Toda a beleza desses dias se reflete no ato de encerramento com a convocação do povo para assumir o compromisso de construir novas relações entre os homens e a Mãe Terra, de serem guardiães e guardiãs das sementes e da biodiversidade para a humanidade.

“Temos que manter a conscientização, a rebeldia, a desobediência e a conspiração para enfrentar o agronegócio. Uma delas é sermos todo dia guardiães das sementes e compartilhá-las. Partilhar é um gesto de cuidado e amor”, declamou José Maria Tardim, ao conduzir um dos momentos místicos que compuseram o ato.

Ao som do ganido da gralha azul, imagem símbolo da jornada, que desceu sobre a plenária ecoando nos ouvidos dos cerca de 4 mil camponeses ali presentes o desafio de compartilhar as sementes do saber e cultivá-las, com a conexão ancestral com o conhecimento e a energia dos povos que geraram a agricultura.

“E a ti que amas entregarei meu bosque de ideias e coisas sãs”

“Cuidado” foi uma palavra bastante utilizada em todo o ato. Porém, não se remetia ao cuidado que compõe a canção do medo, da incerteza. E sim do cuidado que constrói pela singeleza, que cultiva o amor e cativa os lutadores e lutadores com sutileza e esperança.

Gesto esse demonstrado na emoção do seu Tobias, ao depor para os milhares de trabalhadores rurais que há mais de 21 anos trabalha com o bioenergético e ervas medicinais, já atendeu cerca de 80 mil pessoas com a técnica e transmitiu seu conhecimento para cerca de 200 pessoas.

No misto de timidez e alegria da pequena Sem Terrinha Emanuela Pereira, de 6 anos, que canta a canção Palestina Livre do CD Plantando Cirandas 3. No empolgação do agricultor Ariulino Alves, conhecido como Chocolate, ao declamar a Poesia Jornada da esperança: Resgate da história, feita especialmente para a 14<sup>o</sup> Jornada.

Na singeleza cultivada pelos Encantados Trupe Agroecológica que se despedem da Jornada poetizando o desafio que é travarmos a batalha das ideias no cotidiano sem perder a ternura.

Logo, todos tiveram uma certeza. A jornada é construída por muitas vidas que carregam grandiosas histórias para serem contadas e compartilhadas. Vidas que sentem no dia a dia as contradições e ofensivas da luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

“Não vale mais a canção feita de medo... Agora vale a alegria feita de planta e de pão”.

“Compartilhar” foi a segunda palavra mais citada. Mas, compartilhar enquanto um espaço de experimentar o encontro do amor e cuidado. Tardim traduziu em palavras o sentimento reunido neste momento ímpar.

“Agricultura é um encontro de amor e cuidado dos povos originários que cultivaram a natureza e gera para as gerações futuras a agricultura... E nós vamos seguir realizando a agroecologia, nosso modo de fazer agricultura”.

Como os povos originários que geraram a agricultura para seus descendentes, o compromisso não deve ser somente o de cuidar das sementes, mas também de ser guardadores dos valores que permeiam a vida camponesa.

Mais do que a tradicional troca de sementes realizadas ao final das Jornadas, o que se vivenciou foi a troca de conhecimentos, de histórias, de mística. De manter o ciclo de compartilhamento de saberes nas comunidades, nos assentamentos, nos quilombos e aldeias indígenas.

“Anciães estendam o braço e coloquem a benção com um gesto sagrado de fortalecer a nossa rebeldia, a conspiração pelo encontro amoroso com a terra, a água e as sementes e assim fazer de todos aqui guardiães das sementes. Lutadores e lutadores do povo por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos”, convida poeticamente José Maria.

Assim, todos e todas foram convidados a assumir o compromisso coletivo de receber e compartilhar da sabedoria camponesa que está contida na história de vida de cada ancião e anciã guardiães das sementes. Sabedoria essa que “precisa encontrar o coração, a mente e o trabalho de todas as crianças e juventude”.

E também reafirma na Carta da 14<sup>o</sup> Jornada de Agroecologia o compromisso de dar continuidade à luta por uma terra livre de latifúndios, sem transgênicos e sem agrotóxicos, e pela construção de um Projeto Popular Soberano para a Agricultura.

---



**Agrotóxicos: quem deve decidir seu uso? Leomar Daroncho – Site da Agência Carta Maior. 29/07/2015**

*Há farta produção científica e acadêmica indicando a correlação entre a exposição a agrotóxicos e o surgimento de doenças crônicas*

Em meio à pressão e à urgência econômica pelo crescimento da produção agrícola, a sociedade brasileira precisa discutir um grave problema que ameaça tanto a presente quanto as futuras gerações: os agrotóxicos. Os dados disponíveis acerca do colossal volume utilizado, e suas consequências para a saúde pública, especialmente em Mato Grosso, recomendam que o tema seja enfrentado imediatamente.

Há farta produção científica e acadêmica indicando a correlação entre a exposição a agrotóxicos e o surgimento ou elevação dos índices de doenças crônicas. É assustadora a projeção de 500 mil novos casos anuais de câncer no Brasil, sendo o contato com agentes cancerígenos importante fator do agravamento dos números.

No início de 2015, o Instituto Nacional do Câncer – INCA publicou um alerta indicando os malefícios do uso intensivo de agrotóxicos. Além das intoxicações agudas, que afetam principalmente as pessoas expostas em seu ambiente de trabalho, causando irritação da pele e olhos, coceira, cólicas, vômitos, diarreias, espasmos, dificuldades respiratórias, convulsões e morte; o estudo assinala a relevância das intoxicações crônicas, que também prejudicam toda a população.

A exposição crônica decorre do consumo de alimentos ou da contaminação do ambiente em dose baixas, porém constantes. O INCA alerta que os efeitos adversos resultantes dessa exposição podem aparecer muito tempo depois, dificultando a correlação com o agente. Dentre os efeitos associados, o instituto cita infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer.

As informações, de extrema gravidade, foram confirmadas em março de 2015 pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC). A agência publicou estudo indicando que, após a avaliação do potencial cancerígeno (carcinogenicidade) de cinco ingredientes ativos de agrotóxicos, pesquisadores de 11 países classificaram alguns dos herbicidas e inseticidas mais utilizados no Brasil como prováveis agentes carcinogênicos para humanos.

De outro lado, o Brasil detém, desde 2009, o indesejável título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com o índice de 5,3 litros por habitante/ano. Mato Grosso, por sua vez, é o principal consumidor dentre os estados brasileiros: o índice é de 45 litros por habitante/ano. Em algumas regiões de nosso estado, esse número se aproxima do consumo anual de 400 litros por habitante!

Outro fato extremamente preocupante é que o Brasil ainda realiza pulverizações aéreas. Essa técnica, por vezes utilizando agrotóxicos já proibidos em outros países, ocasiona a dispersão de substâncias tóxicas pelo ambiente, contaminando amplas áreas e atingindo populações indefesas, inclusive urbanas.



Também chama a atenção a isenção de impostos que o país continua a conceder à indústria produtora de agrotóxicos, um grande incentivo ao seu fortalecimento, que vai na contramão das medidas protetivas adotadas por outros países.

O problema é complexo. E é urgente conhecê-lo e discutir medidas de proteção e alternativas ao modelo, que passam pela reorientação da pesquisa e do financiamento, que devem incorporar o princípio da precaução e da redução de danos.

Nesse contexto, é de vital importância a difusão de conhecimentos proporcionada pelo Dossiê da Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva, que realizou dois eventos em Mato Grosso no mês de julho de 2015 (Cuiabá e Rondonópolis), com pesquisadores do INCA, da Fiocruz e da UFMT.

Na mesma linha, muito oportuna a mobilização do Comitê Multi-Institucional do Sistema Judicial de Mato Grosso, que elegeu a cidade de Campo Verde, um dos locais de mais intenso consumo no estado, para a realização da primeira de uma série de audiências públicas sobre o impacto dos agrotóxicos em MT. É grande a expectativa para o evento, programado para o dia 4 de agosto de 2015, às 8h30, no Plenário do Júri do Fórum da cidade.

O silêncio em relação aos impactos dos agrotóxicos, como alertado pela pioneira Rachel Carson, em 1962, na obra Primavera Silenciosa (Silent Spring), atua contra as chances de que todos nós tenhamos a possibilidade de uma vida saudável.

*LEOMAR DARONCHO é Procurador do Trabalho em Mato Grosso*

---

### **Com novos hábitos, alimento orgânico ignora crise e segue em expansão. Gilmar Santos – Folha de São Paulo, Mercado. 30/07/2015**

Hábitos de alimentação mais saudáveis levaram as vendas de produtos orgânicos a um crescimento de dois dígitos nos últimos anos.

Em 2015, diante de uma grave crise econômica e de uma inflação que encolheu a renda real, era de se esperar que esses produtos, em geral mais caros do que os tradicionais, reduzissem o seu ritmo de expansão. Mas não é o que ocorre no país.

Após uma alta de 30% no faturamento em 2014, que atingiu R\$ 2 bilhões, o setor deve fechar este ano com R\$ 2,5 bilhões em receitas.

Para quem faz parte do mercado, não se trata de uma surpresa. "O segmento de orgânicos no mundo sempre cresceu em tempos de crise. Em 2008 e 2009, nos EUA e na Europa, não foi diferente", diz Ming Liu, coordenador do Organics Brasil, que reúne os exportadores do setor.

Ele lembra que, em momentos de dificuldade financeira, a tendência é o consumidor migrar para produtos mais baratos, e reduzir a fidelidade à marca. "No caso dos orgânicos, a marca sempre foi secundária. A procura é por produtos com garantia de alimento seguro e que fazem bem à saúde", acrescenta.

O diretor comercial da Korin Agroindustrial, Edson Shiguemoto, concorda. "Historicamente, crescemos mais em anos de crise", afirma. A situação econômica não

abala a empresa, que investe R\$ 5 milhões na ampliação da capacidade de abate de aves, seu carro-chefe. De 18 mil aves por dia atualmente, a Korin passará para 40 mil abates diários em 2016.

Segundo a Apas (Associação Paulista de Supermercados), retirar produtos do carrinho é o último passo adotado pelos consumidores durante uma crise financeira.

Antes de chegar a essa etapa, o cliente busca pontos de vendas mais baratos; faz compras em determinado período do mês; opta por diferentes tipos de embalagens (com mais produtos a um preço menor) e troca marcas convencionais por mais baratas.

"Diante da atual situação financeira, muitas pessoas estão trocando as marcas de alguns produtos, como os de limpeza, para manter os hábitos alimentares adquiridos no período em que a economia estava em alta", diz Fernando Henrique de Cerello Costa, comprador comercial do Pão de Açúcar.

Pelo menos no que diz respeito aos orgânicos, os novos hábitos parecem preservados. Enquanto as vendas dos produtos tradicionais seguem estáveis neste ano, a comercialização de orgânicos teve aumento de até 13% –caso de itens de mercearia salgada, segundo pesquisa da Apas.

Segundo a associação, para 32% dos consumidores saúde e qualidade de vida são as maiores preocupações.

### *REGULAMENTAÇÃO*

Apesar dos avanços recentes, o Brasil ainda precisa percorrer um longo caminho até chegar ao estágio de mercados maduros. Uma das explicações para esse atraso é a regulamentação, que é recente no Brasil, de 2011.

"Nos EUA, esse processo ocorreu em 2001 e, até 2008, os orgânicos eram considerados nicho de mercado. Hoje, 78% dos americanos já consumiram orgânicos", diz Ming. Segundo ele, a partir da regulamentação, o mercado tende a evoluir de forma significativa, devido à entrada de grandes corporações.

O mercado global de orgânicos movimenta cerca de US\$ 72 bilhões por ano, segundo a empresa de pesquisa Organic Monitor. Os EUA lideram em receita, seguidos por Alemanha e França.

-

### *SEM CRISE*

30% foi o crescimento das vendas de produtos orgânicos no Brasil no ano passado

32% dos brasileiros afirmam que saúde e qualidade de vida são suas maiores preocupações

R\$ 2 bi é o volume de negócios total estimado em 2014

R\$ 2,5 bi é a previsão de volume de negócios para 2015

De 50% a 60% da produção brasileira é destinada à exportação

---

**Preço alto ainda limita consumo de orgânicos; diferença chega a 270%. Gilmar Santos – Folha de São Paulo, Mercado. 30/07/2015**

A diferença de preço entre produtos orgânicos e convencionais pode superar 270%. É o caso do filé de peito de frango. O convencional é vendido, em média, por R\$ 12,90, enquanto o orgânico custa R\$ 47,80, de acordo com pesquisa realizada pelo diretor comercial da Korin, Edson Shiguemoto.

"O preço é um limitador [para o consumo em massa], mas isso ocorre por falta de escala na produção. Com mais vendas, vamos conseguir reduzir os valores cobrados", afirma.

Fernando Henrique de Cerello Costa, comprador comercial do Pão de Açúcar, também reconhece que o preço ainda é mais alto, mas ele ressalta que essa diferença está diminuindo.

"Quando as vendas da categoria crescem, dando escala ao mercado, o preço cai. O que vemos é que a cesta orgânica do dia a dia, como açúcar e café, já não tem uma diferença tão grande", afirma.

**INOVAÇÃO**

Com o objetivo de criar, há pouco mais de um mês, um projeto de economia solidária, um grupo de amigos criou a Fundação Chão. Sem fins lucrativos e com o intuito de contribuir com pequenos produtores, a entidade vende produtos orgânicos a preço de custo. "Houve uma demanda muito superior ao que esperávamos para esse primeiro momento", diz Fábio Mendes, associado administrador do instituto.

O sucesso foi tão grande que a entidade mal consegue atender à demanda. O local recebe cerca de 1.000 clientes por dia. A busca pelos produtos se justifica. Um quilo de batata orgânica, por exemplo, é vendido por R\$ 6; o da laranja por R\$ 2; e um pé de alface por R\$ 1,30 –no varejo tradicional, a alface orgânica chega a custar o triplo.

---

**Os jovens rurais e o desenvolvimento sustentável no campo. Wagner Gomes – Folha de São Paulo, Opinião. 30/07/2015**

Nos últimos 20 anos, as distâncias físicas e conceituais entre campo e cidade no Brasil diminuíram. Com a expansão das cidades, as regiões metropolitanas acabaram "engolindo" as cidades menores. As fronteiras estão menos polarizadas.

Somam-se a este movimento as inovações tecnológicas, às redes sociais acessadas tanto por jovens urbanos quanto pelos novos rurais, e o empoderamento comunitário, que promove articulações em prol do desenvolvimento sustentável do campo, em especial da agricultura familiar.

No Brasil existem 4,3 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84% do total de unidades. A agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros: 70% do feijão, 83% da mandioca, 69% das hortaliças, 58% do leite e 51% das aves. E ainda responde por 74% da mão de obra no campo.

De acordo com anúncio feito no final do mês passado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, a agricultura familiar contará com R\$ 28,9 bilhões de crédito para operações de custeio e investimento no ano safra 2015/2016, um aumento de 20% sobre o valor destinado ao setor no último ano safra.

Além do maior volume de recursos destinado à agricultura familiar nos 20 anos do Pronaf, o Plano Safra prevê a criação de dois programas e uma série de medidas para regulamentar a agroindústria familiar e de pequeno porte, expandir os mercados de compras públicas e ampliar a assistência técnica com foco na produção sustentável e especial atenção à região semiárida.

O Nordeste era muito agrário até os anos 1990, quando a região avançou significativamente em tecnologia e equipamentos, ampliando também a visão dos jovens em relação às oportunidades no campo. No semiárido do Ceará, por exemplo, a Agência de Desenvolvimento Econômico Local (Adel) já atendeu cerca de 600 jovens e 800 agricultores familiares, desde 2007.

O que observamos hoje é um espaço rural que vai além da produção agrícola, com a presença de produtos e serviços que antes só eram possíveis na cidade.

Eu mesmo, que vivi no município de Apuiarés –na área rural chamada Monte Alverne, uma comunidade com cerca de 30 famílias– poderia ter mudado de vez para a "cidade grande", Fortaleza, onde me graduei em Economia. Mas retornei para minha terra para empreender, ao contrário de muitos habitantes que voltam apenas para visitar a família ou fazer turismo nos finais de semana.

A Adel atua em quatro frentes: formação, microcrédito, acesso à tecnologia da informação e redes cooperativas. E assim como outras entidades, incluindo o Instituto Souza Cruz, de quem somos parceiros no projeto Novos Rurais, somos verdadeiros agentes de reconfiguração do espaço rural.

Um dos nossos focos de atuação é incentivar os jovens a empreender no campo. São filhos de agricultores que podem ou não seguir os passos dos pais. E, se decidirem permanecer na zona rural, podem trilhar caminhos próprios, diversificando a produção na propriedade dos pais, com projetos agrícolas ou não. Já incentivamos projetos bem sucedidos de criação de ovelhas e aves para corte, confecção de roupas, lan house, oficina mecânica e até salão de beleza.

*WAGNER GOMES é diretor executivo da Agência de Desenvolvimento Econômico Local (Adel), do Ceará*

---

**Coordenador**  
Sergio Leite



**Pesquisadores**  
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

**Secretária**  
Diva de Faria

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214  
Fax: 21 2224 8577 - r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa